



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 18

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA SEIS DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E
DEZASSETE. -----

----- Aos **seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezassete**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires**, e **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar as faltas dos **Senhores Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras e João Filipe Chaveiro Libório** por se encontrarem de férias. -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

---- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Manuel João Bailão Rodrigues** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a

licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1646** da freguesia de Cabeção, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 616 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 122,00 m², localizado na Rua da Escola, n.º 4.-----

Verifica-se que foi entregue cópia da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1993, tendo no entanto como origem o artigo 962. Existe ainda referência a uma modificação efetuada em 22/05/92. Face ao exposto, solicitou-se a colaboração do Serviço de Finanças no sentido de indicar a data de inscrição do artigo de origem e restantes características, no sentido de verificar se a construção em causa é anterior a 29/06/1987, e se não foi objeto de obras sujeitas a controlo prévio depois dessa data. A resposta não foi conclusiva, uma vez que não se conseguiu localizar o processo de discriminação que deu origem ao artigo 962; existe apenas informação de que esse processo é de 1950 e que deu origem ao artigo 961 e ao 962, provenientes do artigo 648, inscrito, por sua vez, em 1938, mas não existe qualquer referência às áreas edificadas. -----

Em arquivo, localizou-se, entretanto, o processo 70/88, que se presume corresponder ao edifício, apesar de conter lapso na planta de localização. Este processo dá como já existente o edifício, apesar de não haver referência à sua área de construção, respeitando apenas a uma alteração de fachada. -----

Sendo assim, e salvo melhor parecer, afigura-se que não existirão dados que contrariem a tese de que o edifício é anterior à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987. Situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e

não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, pelo que se propõe o deferimento da pretensão.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - dois: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO**

2018" - ABERTURA DE PROCEDIMENTO: A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade abrir concurso público Internacional nos termos do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na sua última redacção para o **"Fornecimento de Energia Eléctrica para o ano 2018"**, em conformidade com o Programa de Procedimento, caderno de encargos, Anexos e demais documentos (artigo 40º. do CCP). -----

O prazo para apresentação de candidaturas é de 40 dias a contar da data de publicação no Diário da República. -----

Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o Programa de Procedimento, caderno de encargos, Anexos e demais documentos (artigo 40º. do CCP).-----

O **Júri** do presente concurso é composto **pelos Senhores Engenheiro António Godinho Mourão Costa e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Arquitecto Vitor da Silva Mendes** sendo **Presidente** do mesmo o **Senhor Engenheiro António Godinho Mourão Costa** como membros efectivos e **Senhores Arquitecta Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes e Luís Manuel Martins Canelas** como membros suplen-

tes. -----

----- **Ponto um - três: LOTE 1 - ZONA INDUSTRIAL DE MORA - 2ª. FASE:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando do requerimento em nome de **Joaquim José Pires Rosado** informando que pretende vender o lote n.º 1 da Zona Industrial de Mora e inquirindo nos termos do Regulamento Municipal de Cedência de Lotes da Zona Industrial de Mora se o município pretende exercer o direito de preferência. -----

Em reunião ordinária de Câmara realizada em 16/05/2012 foi deliberado alienar em propriedade plena o lote n.º 1 da 2.ª fase da Zona Industrial de Mora a favor do requerente pelo valor de 13.877,71 €, correspondente à diferença entre o valor pago pela cedência em direito de superfície e o valor pela propriedade plena. -----

No entanto não se verificou qualquer desenvolvimento do processo, mantendo-se o prédio em direito de superfície. Para regularização da situação será necessário efetuar a correspondente escritura de alienação, com o pagamento integral da quantia definida. Só então poderá ser efetuada a alienação a terceiro, caso a Câmara Municipal delibere não exercer o direito de preferência, ficando o novo proprietário sujeito a todas as prescrições do supra referido regulamento. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, que para regularização da situação será necessário efetuar a correspondente escritura de alienação, com o pagamento integral da quantia definida. Só então poderá ser efetuada a alienação a terceiro, não exercendo a Câmara Municipal o direito de preferência, ficando o novo proprietário sujeito a todas as prescrições do supra referido regulamento. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTU-**

RAL: -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **1.996.305,50 €**, **um milhão novecentos e noventa e seis mil trezentos e cinco euros e cinquenta cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **55.073,18 €**, **cinquenta e cinco mil e setenta e três euros e dezoito cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **2.668,39 €**, **dois mil seiscentos e sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FACTURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **55.552,65 €**, **cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos**. -----

----- **Ponto três - quatro: COMUNICAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO Nº. 4 DO ARTIGO 49º. DO OE 2017 -**

AGOSTO DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que para cumprimento no disposto no n.º 4, do art.º 49º da Lei do Orçamento de Estado, junto se anexa à presente informação, para conhecimento, a listagem dos contratos de prestações de serviços estabelecidos em agosto de 2017. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - cinco: REVISÃO AO ORÇAMENTO 2017:** A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **2ª Revisão ao Orçamento despesa do ano de 2017**, e submeter a mesma à aprovação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - seis: REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020 (PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES 2017-2020):** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação a proposta da **2ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2017-2020**. Mais propõe que a mesma seja submetida à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta da **2ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2017-2020**, e submeter a mesma à aprovação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - sete: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE BROTAS**

- 1º SEMESTRE DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Brotas**, do 1º semestre de 2017. -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - oito: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE CABEÇÃO**

- 1º SEMESTRE DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Cabeção**, do 1º semestre de 2017. -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - nove: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE MORA**

- 1º SEMESTRE DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da exe-

cução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Mora**, do 1º semestre de 2017.-----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - dez: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE PAVIA -**

1º SEMESTRE DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Pavia**, do 1º semestre de 2017. -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - onze: RELATÓRIO SEMESTRAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE MORA:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para apreciação em reunião ordinária, junto se envia o **Relatório** emitido pelo **Revisor Oficial de Contas**, em cumprimento com o estipulado pela alínea d), do n.º 2, do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente à situação económica e financeira do Município de Mora, no 2º semestre de 2016. -----

Mais se solicita o envio do mesmo para apreciação da **Assembleia Municipal**.

A **Câmara Municipal** apreciou o **Relatório** emitido pelo **Revisor Oficial de Contas**, em cumprimento com o estipulado pela alínea d), do n.º 2, do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e deliberou por unanimidade enviar o mesmo à **Assembleia Municipal** para apreciação. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco : EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou**, não proceder à adjudicação e revogar a decisão de contratar do Procedimento Tipo Ajuste Direto para Contratação do Espectáculo e Serviços para a EXPOMORA 2017, ao abrigo do artigo 80º, nº. 2 do CCP, tendo em conta o Relatório Final do Júri, uma vez que se alteraram os pressupostos de contratar. -----

- **Em que determinou**, abrir, com carácter de urgência, procedimento tipo Ajuste Direto para Contratação dos Espectáculos e Serviços para a EXPOMORA 2017, pelo prazo de 03 dias, (ao abrigo do artigo 125º. do CCP).-----

Mais determino que seja consultada a seguinte empresa: -----
Paulo Albino & Ricardo Albino, Lda.. -----

Determino também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----
O valor base do procedimento é de 74.000,00 €, mais IVA.-----

- **Em que determinou**, que, os funcionários afetos à Bilheteira do Núcleo Regional do Megalitismo (Assistentes Operacionais), estão autorizados, a exercer trabalho extraordinário de duas horas, durante as férias em que estão a

exercer as suas funções sozinho, de modo a garantir o funcionamento das tarefas inerentes à abertura e encerramento da caixa e assim colmatar a falta de funcionários nesta área. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa Edigma, S.A., a aquisição de Bens Móveis com a designação de "Aquisição de um Pannel de Led`s dupla-face 2880* 1920mm SMD com poste", pelo valor de 20.000,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determino aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa Paulo Albino & Ricardo Albino, Lda., para "Contratação de Artistas e Serviços para a ExpoMora 2017", pelo valor de 68.500,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determino aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, determino adjudicar à empresa Isisom - Produção de Atividades Recreativas e Culturais, Lda., para "Contratação de Serviços e Equipamentos para a ExpoMora 2017", pelo valor de 25.800,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determino aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que aprovou** a 7ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 6ª. Alteração às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 5ª. Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020. -----

- **Em que aprovou** a 8ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 7ª.

Alteração às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 2ª. Alteração ao Plano das Actividades Mais Relevantes 2017-2020.-----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para execução da "Empreitada de Remodelação das Instalações Elétricas do Campo de Jogos de Futebol de Mora", nos termos do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias em conformidade com o Projeto, Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determino aprovar o Projeto, Convite e Caderno de Encargos respetivos.---

Determinou ainda que sejam consultadas as seguintes empresas da especialidade: -----

- J. Henrique Coelho - Instalações Elétricas, Estudos e Projetos, Lda.; -----

- João Jacinto Tomé, S.A.; -----

- J. C. Bartolomeu - Instalações Elétricas, Lda..-----

Mais determino que o júri do presente procedimento seja constituído pelos Senhores, Engenheiro António Godinho Mourão Costa, Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Arquiteto Vitor da Silva Mendes, sendo Presidente do mesmo o Senhor Engenheiro António Godinho Mourão Costa, como membros efetivos e os Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires e Arquiteta Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes como membros suplentes. -----

O valor base do procedimento é de 31.000,00 €. -----

- Em que determinou a celebração de um Protocolo entre o Município de Mora e a Santa Casa da Misericórdia de Mora para Cedência de Terreno da segunda entidade à primeira, de uma área de terreno de 469 m2, na Freguesia de Mora, de acordo com planta anexa, com vista à construção de uma Zona de Lazer

denominada "Miradouro de Mora", por um período de 15 anos. -----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa Paulo Albino & Ricardo Albino, Lda., para "Contratação de Artistas e Serviços para a ExpoMora 2017", pelo valor de 74.000,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos.-----

Mais determino aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do Senhor Presidente informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- Grupo de Cantares de Cabeção, para uma deslocação a Viana do Alentejo, dia 24 de Setembro (email em anexo); -----

- Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia de Pavia, no dia 15 de Setembro, para uma atuação em Cabeção (email em anexo). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve publico presente.-

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA PRESENTE ACTA:** Aprobada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e dez minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu,

Assistente Técnica exercendo

funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por

deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

